

TRAJETÓRIAS DE COTISTAS DE CURSOS DE PRESTÍGIO SOCIAL E PROFISSIONAL DA UNIVERDIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

Francini Scheid Martins

Resumo

Este trabalho apresenta resultados de pesquisas realizadas junto a jovens que frequentam cursos superiores considerados de grande prestígio social e profissional na Universidade Federal de Santa Catarina, os quais: Direito, Engenharias e Medicina. Os dados analisados referem-se às trajetórias escolares de uma amostra de nove estudantes, sendo três de cada curso, coletados por meio de entrevistas semiestruturadas. Este trabalho insere-se no quadro das investigações sociológicas, cujas análises se voltam ao perfil socioeconômico de estudantes pertencentes às classes sociais desfavorecidas que frequentam universidades públicas brasileiras e que foram beneficiados por Programa de Política de Ação Afirmativa – cotas sociais e raciais. Foi possível identificar e analisar algumas “configurações singulares” e as “razões do improvável” (LAHIRE, 1997). Os estudos têm mostrado que esses jovens, para resistir às diferentes formas de exclusão, precisam aprender um novo ofício – o de ser estudante –, sendo forçados a se adaptar aos códigos do ensino superior. Enfim, observa-se que esses jovens sofrem um processo profundo de desenraizamento.

Palavras-chave: Educação Superior. Política de Ação Afirmativa. Trajetórias.

Introdução

Este artigo problematiza o acesso de jovens das camadas populares na educação superior em cursos considerados de prestígio social e profissional, os quais compõem a tríade da educação superior brasileira desde a sua criação, isto é: medicina, direito e engenharias. As análises foram realizadas com inspiração no modelo teórico-metodológico, de análise de trajetórias¹, desenvolvido por Lahire (2004). Os estudantes que constituem a amostra neste estudo, realizado em nível de mestrado, já concluído, e em nível de doutorado, em andamento, são cotistas sociais e raciais que ingressaram na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) entre os anos de 2010 e 2012. Entende-se, à luz das análises sociológicas, que estes agentes superaram as suas condições sociais, econômicas e culturais preestabelecidas para o acesso à universidade pública e também a cursos seletos, empreendendo trajetórias escolares “improváveis” (LAHIRE, 1997) ou “trajetórias excepcionais” (ZAGO, 2006a).

Os cursos aos quais pertencem os agentes que integram a amostra desta pesquisa são altamente disputados no exame vestibular da UFSC, ademais, como dito anteriormente, compõem a tríade de cursos da educação superior brasileira desde seus primórdios. Essa

¹ Entende-se por trajetória, na presente pesquisa, a “relação permanente e recíproca entre biografia e contexto, (sendo) a mudança decorrente precisamente da soma infinita destas inter-relações” (LEVI, 1996, p. 180).

tríade – fortemente elitista – constituiu-se a partir das transformações ocorridas no século XIX, afetando o ensino superior herdado do “Brasil colônia”.

A partir de 1817, o príncipe regente do Brasil, rei D. João VI, reproduziu no País instituições metropolitanas; não criou universidades, mas cátedras isoladas de ensino superior “para a formação de profissionais, conforme o figurino do país inimigo naquela conjuntura: de medicina, na Bahia e no Rio de Janeiro, em 1808; e de engenharia, embutidas na Academia Militar, no Rio de Janeiro, dois anos depois” (CUNHA, 2003, p. 153-154). O autor continua:

Em 1827, cinco anos depois da independência, o imperador Pedro I acrescentou ao quadro existente os Cursos Jurídicos em Olinda e em São Paulo, com o que se completava a tríade dos cursos profissionais superiores que por tanto tempo dominaram o panorama do ensino superior no país: Medicina, Engenharia e Direito.

Partindo deste quadro, evidenciando as desigualdades educacionais face à diferença entre as carreiras universitárias, Zago (2006) defende que há uma “hierarquização” dos cursos superiores construída historicamente e que até hoje é percebida pela procura massiva a alguns cursos e pela negação de outros.

Torna-se pertinente tomar por amostra estudantes dos cursos que historicamente constituem a elite da educação superior brasileira, visto que o modelo da cultura estabelecida durante tal período perdura, de certa maneira, como dito anteriormente, até a atualidade, pois esses cursos são altamente seletivos no acesso e conferem os títulos de maior distinção profissional no Brasil. Tal seletividade é traduzida na concorrência, expressa nas listas que relacionam o número de candidatos que estão concorrendo e o número de vagas disponíveis a serem ocupadas (relação candidato X vaga) e pela nota de corte (pontuação mínima necessária para o ingresso no curso). É evidente que esta disputa é mais acirrada nos vestibulares das universidades públicas brasileiras, logo, em Santa Catarina e, conseqüentemente na UFSC, não é diferente. Os referidos cursos conferem passaporte a profissões que carregam um poder simbólico e ainda gravitam no imaginário social como profissões bem-sucedidas. Este quadro reforça a tese de Bourdieu que analisa estes espaços com suas vagas destinadas durante séculos a uma elite cultural, social e econômica, chamando-os de *herdeiros*.

Os objetivos propostos na elaboração da pesquisa que deu origem ao presente artigo eram: discutir as modificações e o significado do sucesso escolar na história de vida de estudantes das camadas populares que ingressaram na UFSC via Política de Ações Afirmativas (PAAs); conhecer e analisar as características sociais, econômicas e culturais

destes estudantes; investigar como o cotista é aceito num lugar onde predominam os *herdeiros*; e, por fim, se este se sente pertencente ao sistema que o incluiu formalmente, ou percebe-se como um “excluído do interior” (BOURDIEU, 1998). Estes aspectos constituíram-se como base para a análise das trajetórias dos estudantes a partir dos seus relatos concedidos por meio de entrevistas semiestruturadas.

Este estudo teve como sujeitos de pesquisa nove jovens de ambos os sexos, sendo três do feminino e seis do masculino, com idades entre 20 e 34 anos, oriundos de escolas públicas, beneficiários das PAAs, universitários em cursos de maior demanda na UFSC.

Neste artigo serão discutidas as disposições desveladas nas análises das trajetórias dos jovens pesquisados. Dito de outra forma, por meio de uma sistematização dos dados utilizados como matéria prima para as análises, apresentar-se-á uma síntese dos elementos considerados centrais para traçar o perfil dos estudantes cotistas dos cursos de medicina, direito e engenharias da UFSC.

Disposições desveladas nas análises das trajetórias

Assim, realizando a análise sobre o percurso escolar, bem como em relação às escolas frequentadas, destacam-se os relatos que evidenciam uma escolarização transitória e, em diferentes níveis, vulnerável. Isto diz respeito mais especificamente ao fato de terem frequentado diversos estabelecimentos de ensino durante a educação básica - entre uma e cinco escolas - sendo que a maioria frequentou quatro escolas, grande parte delas consideradas, pelos próprios estudantes, de qualidade ruim, no que concerne à estrutura física e também ao ensino. O que fundamenta essas afirmativas são relatos que correspondem ao que se tem como estereótipo da escola pública de educação básica no Brasil, como falta frequente de professores, sucateamento dos prédios escolares, baixa qualidade do ensino ofertado, entre outros, evidenciando que:

São fatos que confirmam o estereótipo. O ensino, na escola pública brasileira, tem sido tratado de forma precária, confirmadamente distante dos conteúdos ministrados e dos métodos adotados nas escolas particulares, bem como daqueles exigidos no dispositivo meritocrático vestibular. Essa distância tem mostrado o abismo de oportunidades de futuro entre a juventude protegida e a juventude socialmente vulnerável, que constitui a maioria da população do país. Entrar na universidade, para os jovens deste segundo grupo, significa ir

muito além de transpor a barreira do vestibular. Significa “contrariar” o “destino”, que lhes é socialmente “reservado”, legitimado por uma divisão socioeconômica de classe.

Em relação à família dos estudantes analisados (com quem residem, se possuem irmãos, se alguém da sua família frequenta ou concluiu o ensino superior), podemos, primeiramente, centrar na discussão acerca dos arranjos familiares. O que se tem observado é que os estudantes procedem de um modelo tradicional de família nuclear, com exceção de um estudante que não conviveu com o pai, mas somente com a mãe. Quanto aos demais, os que não habitam na casa dos pais, por serem de outras cidades, em função dos estudos universitários vivem em Florianópolis, dividindo residência com colegas ou vivendo em repúblicas de estudantes.

No que concerne à escolarização dos familiares, os relatos mostram que a maioria dos pais e mães completaram a educação básica e, em número significativo, o ensino superior. Pode-se inferir que essas famílias desenvolveram estratégias que garantiriam a seus descendentes acesso a capital cultural, de modo a reproduzir ou superar o histórico familiar do estudo como um valor (BOURDIEU, 1998).

O nível de escolaridade dos pais dos entrevistados foi um dado até certo ponto surpreendente, uma vez que seus filhos frequentaram o Curso Pró-Universidade² que adota como critério de admissão a vulnerabilidade socioeconômica, geralmente associada a um baixo nível de “capital escolar” (BOURDIEU, 1998). Este fato contraria o estereótipo da relação entre escolaridade e nível de empregabilidade, que garantia, mas já não garante, melhores postos de trabalho e remuneração. E parece ser o caso de alguns dos pais aqui citados, que, apesar do prolongamento da escolaridade, ocupam postos de trabalho da categoria dos “degradados” (PRANDI, 1980).

Sabe-se que a partir da década de 1990 as iniciativas de democratização de acesso ao ensino superior vêm modificando a face da universidade. Em sentido oposto ao da lógica vigente, a da reprodução de trajetórias familiares, observa-se que alguns dos estudantes pesquisados romperam o que é corrente em suas famílias. A “façanha” de ingressar no ensino superior passa pela falta de contato com a realidade corriqueira das classes sociais mais socioeconomicamente favorecidas, uma vez que a juventude menos favorecida não domina os códigos de acesso a determinados locais (BOURDIEU, 1998).

² O Curso Pró-Universidade foi fundado pelo Professor Me. Otávio Auler, e atende alunos oriundos das escolas públicas catarinenses que comprovem, por meio de cadastro socioeconômico, vulnerabilidade social, traduzida pela renda familiar baixa. Os estudantes que integram a amostra do estudo que originou este artigo são egressos do Curso Pró-Universidade.

A pesquisa mostrou, quando os sujeitos falam sobre o que é deles exigido, a dimensão do esforço despendido por esses jovens para permanecer no papel de estudantes, o que representa uma inserção mais qualificada no mundo do trabalho. No presente caso, em se tratando de uma universidade federal, os esforços precedem o ingresso, tanto para superar as deficiências da formação básica que lhes é possível – ensino público –, como para garantir o ingresso e, posteriormente, a permanência na universidade. Os estudantes entrevistados representam uma classe social cuja inserção ao curso superior é mais rara, sendo alguns deles os primeiros da família a transpor a barreira socioeconômica, ao acessar esse nível de ensino. As expectativas das famílias, invariavelmente, são de que o jovem, ao concluir o ensino médio, ingresse no mercado de trabalho para garantir o seu sustento e/ou contribuir para o da família.

Cabe salientar o papel que o Curso Pró-Universidade desempenha no ingresso desses jovens na universidade. As percepções sobre a importância do referido curso, apontam que para a totalidade dos estudantes este curso é considerado determinante para o acesso à na universidade. A escolha do curso pré-vestibular da UFSC deveu-se, segundo os entrevistados, ao fato de ser gratuito, uma vez que não teriam possibilidades de custear um curso particular. Outro aspecto importante reside na qualidade desse curso, por funcionar em uma universidade pública federal, de grande prestígio, o que lhe confere maior credibilidade.

Segundo eles, os fatores determinantes para o ingresso no ensino superior centram-se em: preparação por meio dos estudos; passagem pelo curso pré-vestibular; esforço próprio, entendido como uma díade: mérito e igualdade de oportunidades; compromisso, capacidade empática e apoio dos professores; o apoio da família.

Quanto a terem frequentado o Curso Pró-Universidade como fator determinante para o ingresso ao ensino superior foram considerados vários aspectos. Dentre eles, a possibilidade de repor a defasagem dos conteúdos ministrados na escola pública em relação às exigências do exame vestibular.

Os entrevistados reconhecem que os esforços por eles empreendidos constituem um dos fatores determinantes para o ingresso no ensino superior. Pelos relatos, eles se veem como pessoas com alta capacidade de traçar e cumprir objetivos e, portanto, de se empenhar com afinco para atingir o objetivo que se propuseram. Apesar das dificuldades, que vão da questão socioeconômica à conseqüente defasagem cultural, incluindo-se aí o hiato entre o seu nível de conhecimentos escolares e o que é exigido para o rompimento da barreira do vestibular, os entrevistados revelam condições de superação, conforme foi possível observar.

Na busca pelo sucesso no vestibular, tem sido determinante o comprometimento e o apoio de alguns professores que fizeram parte da sua formação educacional básica e do Curso Pró-Universidade. Sabe-se da importância do papel do professor, quando envolvido, na trajetória dos estudantes, interessando-se por eles, apoiando-os, ouvindo suas dúvidas e inquietações, não somente no que tange ao aprendizado, que poderia ser denominado como estritamente escolar, mas como pessoas em formação, prestes a ingressar na vida adulta. Bourdieu (1998) menciona este aspecto quando afirma que determinados agentes sociais, no presente caso, os professores, dispõem de mecanismos capazes de influenciar significativamente as mudanças de trajetória, particularmente no caso de jovens de famílias de baixo nível de capital social, econômico e cultural: aí a figura e o papel do professor tomam uma dimensão diferente daquela das famílias socioeconomicamente privilegiadas. Este se torna um modelo de identificação a ser seguido e, portanto, ultrapassa os modelos familiares quanto ao ideal de adulto que o jovem almeja para o seu futuro.

Com referência ao apoio da família, as falas revelam o quão fundamental tem sido na trajetória dos entrevistados. Neste estudo, com exceção de um caso, foram encontradas famílias com estrutura convencional, de no máximo três filhos, sendo a média composta por pai, mãe e dois filhos. Observa-se, na maior parte delas, uma significativa valorização dos estudos, por verem neste dispositivo uma das poucas possibilidades de ascensão social para seus filhos.

Por outro lado, em geral a expectativa das famílias contraria esta posição, pela tradição e necessidade de os filhos ingressem no mundo do trabalho durante ou após a conclusão do ensino médio. Também contraria a teoria de que em famílias nas quais o pai ou mãe exercem o magistério a tendência seja de que os filhos possuam maior facilidade de acesso aos bens culturais e, conseqüentemente, prolonguem a sua escolarização. No caso citado, o pai, professor no ensino médio, exigiu que a filha ingressasse no mercado de trabalho aos 14 anos de idade. E ainda, caso a filha optasse por prolongar os estudos, o pai aceitaria, mas sob algumas condições: que frequentasse um curso universitário de sua (do pai) vontade - pedagogia ou serviço social -, em universidade privada.

Ao serem questionados acerca dos sentimentos pelo acesso em cursos de maior demanda e, portanto, com uma nota de corte elevada, mesmo no caso do ingresso via PAA, os estudantes ressaltam sentimentos ligados à felicidade, plenitude, satisfação pessoal e autorreconhecimento. Fica claro que eles estão fruindo do resultado de um esforço com base em disciplina, dedicação, capacidade de desenvolver disposições individuais, mas também

valorizando as próprias condições subjetivas e pessoais, como valores, fatores emocionais, resiliência e capacidade de superação frente às condições adversas que enfrentam. Isto leva a sentimentos de orgulho de si, elevada autoestima e autorrealização. Pode-se dizer que todos esses fatores asseguram uma confirmada crença em suas capacidades, que pode funcionar como pré-requisito de superação dos obstáculos que encontrarem ao longo do desempenho profissional.

No que concerne ao sentimento de retribuição ao apoio da família, os estudantes revelam satisfação pelo orgulho proporcionado, pela superação da etapa preparatória ao ingresso na universidade, pela chance de ascender socialmente com a profissão escolhida, bem como por contribuírem para a mudança de posição social da família.

É importante salientar que todos os sentimentos expressos nos relatos sobre o fator reconhecimento estão ligados à subjetividade, considerando também a realidade social objetiva (BERGER & LUCKMANN, 1991) dos jovens entrevistados, como, por exemplo: as conjunturas e os valores familiares, o Curso Pró-Universidade e a própria universidade, entre outros.

Analisando-se a partir do enfoque das categorias sociais “sentidos e significados” de TOLFO (*et al.*, 2005), depreende-se que o sentido de ser cotista está imbricado numa realidade de diferenças pouco ou não assumidas por professores e estudantes que acompanham o percurso dos entrevistados cotistas. Esta questão ainda não foi assumida, uma vez que os estudantes revelam que professores e colegas não sabem sobre a sua condição de cotista e eles próprios não a explicitam.

Pode-se afirmar que os cotistas se consideram “trânsfugas” – pessoas que transpõem os limites e as barreiras impostas por sua classe social –, o que pode lhes trazer um sentimento de não-pertencimento – de desenraizamento, diria Bourdieu – ao frequentar ambientes de seus pares, mas que não lhes é próprio. Concomitantemente ao sentimento de não-pertencimento, os pesquisados relatam que se sentem, em diversos momentos, excluídos dentro de um sistema que formalmente os incluiu. Tais relatos encaixam-se no que (Bourdieu, 1998) classifica como “excluídos do interior”. Este sentimento manifesta-se também pela distinção de classes existente entre os estudantes.

Com respeito ao tratamento dado aos cotistas por parte dos professores, pressupondo que poderiam ser percebidas as diferenças, os entrevistados afirmam que estes ignoram sua condição de ingresso no curso e, portanto, o tratamento é igual para todos.

Há uma crença, no nível do senso comum, de que os estudantes selecionados por cotas podem demonstrar um desempenho durante o curso universitário aquém dos não-cotistas. Questionados sobre isso, os entrevistados foram unânimes ao contrariar esta crença. Seus argumentos referem-se fundamentalmente a questões socioeconômicas, uma vez que o fato de necessitarem trabalhar ou exercer atividades como bolsistas e estagiários, entre outras, interfere no tempo dedicado aos estudos. Sabe-se que os cursos de maior demanda, realizados em sua maioria em período integral, ou diurno, exigem dedicação exclusiva para que o estudante tenha um desempenho satisfatório. Então, somente com muito esforço, disciplina, poucas horas de sono ou descanso, é possível compensar, mesmo que não totalmente, a falta de disponibilidade para cumprir de forma ideal o que é exigido em termos de estudos.

Sabe-se, também, que a família representa a base da formação da identidade de uma pessoa. A figura e a função de pai e mãe têm grande significado na gama de influências externas, no lugar no mundo a ser ocupado pelo filho, que dependerá de sua postura no enfrentamento das circunstâncias vividas, desde as prazerosas até as de frustração, desde as situações de proteção até as de vulnerabilidade. Neste sentido, a família constitui elemento central nas trajetórias (NOGUEIRA, ROMANELLI e ZAGO, 2000). Os jovens pesquisados demonstram ser capazes de superar as dificuldades que necessariamente se devem, mesmo que em parte, à estrutura familiar que os cerca desde o nascimento. Observa-se, portanto, que o vínculo estabelecido entre pais, ou representantes deles com seus filhos – como no caso de um dos jovens cujos avós maternos assumiram, juntamente com a mãe, o lugar de pai –, tende a constituir-se como muito forte. Assim, cada passo dado ou vencido pelo filho representa um fracasso ou uma vitória para os pais, o que invariavelmente significa o fracasso ou sucesso próprio. No caso do ingresso desses jovens na universidade, e sendo este fato uma exceção na família, ou mesmo no meio social de convivência, pode-se dizer que ocorre um coroamento do esforço de todo um grupo familiar, passando pelo cultivo de valores de construção de vida, representados pelas atitudes assumidas pelos jovens com o propósito de vencer obstáculos, que, no presente caso, é a barreira do vestibular.

Os esforços despendidos na caminhada rumo à universidade afeta não só os jovens, mas toda a dinâmica do grupo familiar. Há uma mobilização em função de um objetivo considerado grandioso, que implica mudanças de atitudes que são verdadeiros desafios, uma vez que não é algo “inerente” à forma tradicional da vida dessas famílias. Nas classes socioeconomicamente mais favorecidas, a expectativa de um filho ingressar na universidade é “inerente”, aparecendo como etapa “natural” das suas trajetórias de vida. Nos casos aqui

analisados, a expectativa é de que o jovem comece a cumprir seu papel de adulto no mundo do trabalho, invariavelmente desde o início da sua juventude. No momento em que o ingresso na universidade passa a fazer parte de seu projeto de vida, há uma ruptura na expectativa em relação ao seu “destino” no conjunto e na tradição da família, o que também representa uma ruptura no “*modus operandi*”, como afirma Bourdieu (1998).

Ao acessar o ensino superior, os jovens pesquisados revelam encontrar dificuldades de manutenção financeira frente às exigências, mesmo que básicas, como alimentação, locomoção, cópia de textos, dentre outros. Mesmo com a ajuda dos pais, necessitam de alguma atividade remunerada, sob pena de desistência da vida universitária.

Pode-se afirmar que os estudantes pesquisados são pessoas que lidam com dificuldades financeiras, que compreendem desde sua origem, pois são inerentes ao contexto ao qual pertencem. Viver de forma contida, mesmo em questões de necessidades básicas, faz parte de suas vidas e a etapa que ora cumprem constitui mais um momento de privações, que pressupõem significativos esforços para alcançar os objetivos que se propõem.

Entretanto, contrariando em parte esta ideia, um dos jovens afirmou que, apesar de todos os esforços necessários para garantir a permanência na universidade, isso acaba não sendo tão difícil. Um dado importante para a contextualização da resposta é o de que o jovem em questão mora em república de estudantes e usufrui de vários auxílios da universidade, como bolsa-permanência, auxílio RU e auxílio-moradia.

Os estudantes demonstram possuir uma visão crítica acerca do “dispositivo meritocrático” vestibular. Ao expor suas opiniões, revelam os aspectos excludentes do dispositivo, não como um processo isolado, mas como reprodutor do sistema socioeconômico vigente, incluindo-se aí o sistema educacional. Prova disso são as posições referentes ao que realmente deveria constituir a transformação do sistema de ensino brasileiro: aperfeiçoar-se como educação básica, preparando efetivamente os alunos para enfrentar o ensino superior, o que significa a extinção da barreira do vestibular, enquanto acesso, e a permanência no ensino superior, o que de fato se configuraria como a democratização do ensino no país. Ainda em relação aos dispositivos de seleção para o ingresso na universidade, os estudantes assinalam que o modelo adotado pelo MEC, o ENEM, não é de fato mecanismo eficaz e confiável, não superando, assim, o modelo do exame vestibular vigente, pois as desigualdades educacionais, no que diz respeito às oportunidades, continuam presentes.

As PAAs também suscitam discussão desde que foram propostas nos diversos meios sociais. Na presente pesquisa, o foco está nos estudantes beneficiados por estes programas, visto que utilizaram desta política para acessar a universidade. Eles demonstraram um conhecimento e uma crítica às PAAs que vai além do olhar meramente subjetivo; perpassa a política educacional brasileira, a estratificação da sociedade em classes sociais, as questões étnico-raciais, entre outras.

Em uma das falas, observa-se a preocupação com a temporalidade destas políticas e também com sua evolução, no sentido de corrigir as falhas do sistema educacional não somente a partir do ensino superior, mas, principalmente, no nível básico de ensino – o infantil, o fundamental e o médio. Compartilhando desta preocupação, outro estudante percebe as PAAs como medida justa, uma vez que o abismo existente entre a frequência à escola pública e o ingresso na universidade pública pode diminuir, embora para isto, e como já foi demonstrado anteriormente, seja preciso muito esforço e determinação pessoal para que uma minoria possa acessar a universidade pública.

Ainda em relação às PAAs, outra colocação revela um discurso elitista incorporado, denotando uma contradição entre a ideia preconceituosa do desempenho dos estudantes cotistas e o seu próprio desempenho, apesar de também cotista. Uma vez na universidade, no curso mais procurado, medicina, a estudante parece ter introjetado, mesmo que em parte, o *habitus* da classe social dominante de seu curso, defendendo que a existência das cotas não é necessária, pois estas vagas deveriam ser destinadas aqueles que tiveram mais condições e oportunidades para se prepararem para ingressar no curso e, conseqüentemente, fazer a manutenção durante a permanência.

Ao revelar suas expectativas profissionais futuras, os estudantes demonstram traçar grandes objetivos, confirmando o desejo de romper com seu “destino social”.

Ingressar no mundo do trabalho aparece como o principal objetivo de todos, pois as necessidades de seu grupo social levam a uma urgência pela inserção e permanência no mundo do trabalho. Uma forma de ingresso no mundo do trabalho, altamente valorizada pela juventude brasileira, principalmente da que cursa o ensino superior, são os concursos públicos, pois uma conquista dessa natureza tem como motivação uma fonte de renda, mas, principalmente, o fato de representar a possibilidade de estabilidade empregatícia e financeira nunca experimentada durante a vida.

O prolongamento da escolarização evidencia-se, unanimemente, desde cedo, como um desejo que se transforma em projeto de vida. Segundo Mattos, “na atualidade, o que está em voga é a educação permanente, a qual se apresenta como via de atualização, especialização e aperfeiçoamento para jovens e adultos, no que tange aos conhecimentos aprendidos no mundo da educação e do trabalho” (2007, p. 111). No entanto, a autora alerta que esta pode ser uma situação paradoxal, quando destaca:

Formação para o trabalho, majoritariamente, evidenciada no alongamento da formação educacional que pode ser entendido como uma forma de mascarar o desemprego, cujos agentes desqualificam e precarizam cada vez mais os processos e conseqüentemente as relações de trabalho. Isso explicita uma forma excludente e altamente sofisticada de seletividade da força de trabalho, já que está se tornando cada vez mais difícil, no sistema do capital, a existência de emprego para grande parte da população. (p. 112)

Fica claro, em alguns casos, o desejo de articular o exercício da profissão com seu compromisso social, pela necessidade de reparação (BOHOSLAVSKY, 1987); de outro modo, pela possibilidade de devolver a si mesmo e também ao seu núcleo social elementos que se constituem como ausências. Estas, não necessariamente materiais, podem constituir-se em objetos internos que fizeram ou fazem parte da sua constituição como pessoa.

Considerações finais

Os estudantes pesquisados demonstraram despender grandes esforços para acessar o ensino superior em universidade pública legitimada como de excelência, caso da UFSC, lugar que já perceberam, pela lógica vigente na sociedade contemporânea, ser capaz de elevar as pessoas a outro patamar social. Perceberam igualmente ser possível operar não somente uma mudança qualitativa em suas vidas, mas também nas vidas de suas famílias, uma vez que sua posição social pode efetivamente transformar-se. Assim, em grande parte dos casos, ao acessar “um novo mundo”, esses estudantes abrem também as mesmas portas aos seus descendentes. Frente à essa realidade, a implementação das PAAs é interpretada como medida provisória, pois limita-se a diminuir a desigualdade de oportunidades inerentes ao contexto socioeconômico e cultural brasileiro.

Foi considerado pelos entrevistados como ponto nevrálgico, o nível em que se encontra a escola pública, quando relatam suas vivências como alunos. Eles enfatizam a defasagem dos conteúdos ministrados, se comparados aos das escolas particulares sobre as quais ouvem falar; tecem críticas ao sistema público educacional brasileiro que, segundo seus

pontos de vista, camufla um aproveitamento deficitário dos alunos, certificando-os com notas altas, causando-lhes danos irreparáveis, uma vez que se percebem enganados no momento em que se aproximam dos conteúdos exigidos nos exames vestibulares.

Deste modo, passar pelo “funil do vestibular”, ingressar e permanecer na universidade significa, para eles, muito mais que transpor barreiras, representando, isto sim, “contrariar” o “destino” que lhes é “reservado” socialmente, legitimado por uma divisão socioeconômica de classes. Esta questão se agrava a desigualdade estratificada na realidade constituída na história brasileira, que se reflete no seu sistema público educacional.

Analisando o capital escolar das famílias dos sujeitos desta pesquisa, evidencia-se uma aproximação com o ensino superior, bem como com a última etapa da educação básica. Sabe-se que essas famílias têm clara a relação existente entre a educação escolar e a mobilidade social. Portanto, desenvolvem estratégias que possam garantir aos seus filhos o prolongamento da escolarização, possibilitando-lhes superar o histórico familiar, por meio do estudo, considerado como um valor.

Os fatores considerados determinantes para o ingresso nos cursos de maior demanda enfocam questões de responsabilidade do estudante, como esforço próprio, o que reproduz o discurso de uma sociedade que se funda nos princípios meritocráticos, atribuindo as oportunidades unicamente aos esforços despendidos por cada indivíduo. Cabe esclarecer que não se pretendeu, com presente estudo, criticar o critério do mérito, mas realizar um questionamento para efeito de reflexão acerca da operacionalização da meritocracia.

A permanência na universidade passa pela questão financeira, uma vez que, não tendo garantido o sustento, o estudante se sente obrigado a assumir trabalhos em qualquer nível, correndo o risco de inviabilizar a dedicação aos estudos e, conseqüentemente, sujeitar-se à evasão, o que certamente causaria frustração para si e para a sua família. Os relatos mostram situações contundentes que revelam este risco entre os estudantes que desempenham funções “degradadas”, como serviços gerais e faxinas em casas de família, inclusive de colegas de curso na universidade. Justifica-se, por mais esta razão, a necessidade de que sejam propostos aos cotistas programas de facilitação de benefício à sua condição, mecanismos já existentes, mas não suficientemente divulgados e trabalhados junto aos estudantes que necessitam de maiores garantias materiais para permanecer no ensino superior.

Referências bibliográficas

- BERGER, P. I.; LUCKMANN, T. A. *A construção social da realidade – Tratado de sociologia do conhecimento*. 9ª ed. Petrópolis: Vozes, 1991. (Coleção Antropologia, v. 5).
- BIANCHETTI, Lucídio. **Angústia no Vestibular**: indicações para pais e professores. Passo Fundo: Ediupf, 1996.
- BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A Reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. 3. ed. Rio de Janeiro: F. Alves, 1992.
- _____. Gênese e estrutura do campo religioso. In: **A economia das trocas simbólicas**. Org. e trad. Sergio Miceli. São Paulo: Perspectiva, 1974. p. 27-78.
- _____. NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (Orgs.). **Pierre Bourdieu –Escritos em educação**. Petrópolis: VozesL
- _____. **A Distinção**: crítica social do julgamento. São Paulo: EDUSP, 2008a.
- _____. **O poder simbólico**. 12. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.
- _____. “Juventude” é apenas uma palavra. In P. Bourdieu (Org.). **Questões de Sociologia** (pp. 113-121). Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- _____. **Esboço de uma teoria da prática**. In: ORTIZ, R. (org.). Pierre Bourdieu. 2. ed. São Paulo: Ática, 1994. (Coleção Grandes Cientistas Sociais, n. 39).
- _____. ; PASSERON, J.-C. **Les héritiers**. Paris: Ed. de Minuit, 1964.
- _____. Épreuve scolaire et consécration sociale. In: **Actes de la recherche en science sociale**. vol. 39, n. 1, 1981.
- _____. Os três estados do capital cultural. In: CATANI, Afrânio; NOGUEIRA, Maria Alice. **Escritos da educação**. 9. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2007. p. 71-79.
- BRANDÃO, Carlos da Fonseca. Os Princípios da Ação Afirmativa. In: **As cotas na Universidade Pública Brasileira**: será esse o caminho? Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2005. p. 5-49 (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo, 92).
- CATANI, Afrânio Mendes. Um convite aos clássicos: o trabalho sociológico de Pierre Bourdieu. In: **Educação & Linguagem**, a. 10, n. 16, jul./dez. 2007. p. 72-85.
- CHARLOT, Bernard. Relação com o saber e com a escola entre estudantes de periferia. In: **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 97, mai. , 1996. p. 47-63.
- CUNHA, Luiz Antônio. Ensino Superior e Universidade no Brasil. In: LOPES, E.M.T. *et al.* **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- DUBET, François. **O que é uma escola justa?** A escola das oportunidades. Trad: Ione Ribeiro Valle. São Paulo: Cortez, 2008.
- _____. **Injuíças**: a experiência das desigualdades no trabalho. Tradução: Ione Ribeiro Valle, Florianópolis: Editora UFSC, 2014.
- FERES JÚNIOR, João e ZONINSEIN, Jonas. A consolidação da ação afirmativa no ensino superior brasileiro. In: **Ação afirmativa no ensino superior brasileiro**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2008.
- LAHIRE, Bernard. **Sucesso escolar nos meios populares**: as razões do improvável. São Paulo: Ática, 1997. Tradução de Ramon Américo Vasques e Sonia Goldefeder.

_____. **Retratos Sociológicos**: disposições e variações individuais. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MARÇAL, J. A. Política de ação afirmativa na Universidade Federal do Paraná e a formação de intelectuais negros(as). Curitiba, 2011. Dissertação de Mestrado em Educação – UFPR.

MATTOS, Valéria de Bettio. **Pós-graduação em tempos de precarização do trabalho** : um estudo sobre o alongamento da escolarização entre os mestrados da UFSC. Florianópolis, SC, 2007. 162 f. Dissertação (Mestrado)

NOGUEIRA, Maria Alice; ROMANELLI, Geraldo; ZAGO, Nadir. **Família e escola**: trajetórias de escolarização em camadas médias e populares. Petrópolis: Vozes, 2000.

PACHECO, S.M.D. Ações Afirmativas na UFSC: uma política de inclusão permanente. Florianópolis, 2010.2. Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social – UFSC.

PAIXÃO, Lea Pinheiro; ZAGO, Nadir. **Sociologia da educação**: pesquisa e realidade brasileira. Petrópolis: Vozes, 2007.

RAWLS, John. **Uma teoria da justiça**. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

SILVA, J. S. “*Por que uns e não outros?*”: caminhada de estudantes da Maré para a universidade. Tese (Doutorado). Faculdade de Educação, PUC-RJ, Rio de Janeiro, 1999.

TOLFO, S. R. et al. “Revisitando abordagens sobre sentidos e significados do trabalho”. In: *Fórum CRITEOS 2005*, Porto Alegre (RS). /Anais/ Porto Alegre: UFRGS/E.A., CRITEOS, 2005 (CD-ROM).

VALLE, Ione Ribeiro. Pierre Bourdieu: a pesquisa e o pesquisador. In: **A Trama do Conhecimento**: teoria, método e escrita em ciência e pesquisa. BIANCHETTI, Lucídio; MEKSENAS, Paulo (Orgs.). Campinas: Papyrus, 2008.

_____. Justiça na escola: Das desigualdades justas à igualdade sem adjetivos! In: VALLE, Ione Ribeiro; SILVA, Vera Lúcia Gaspar; DAROS, Maria das Dores. **Educação Escolar e justiça social**. Florianópolis: UFSC/NUP, 2010. p. 19-48.

_____; BARRICHELO, Fernanda Araújo; TOMASI, Juliane. (2009). Seleção meritocrática *versus* desigualdades sociais: Quem são os inscritos e os classificados no vestibular da UFSC (1998-2007)? In: **Linhas Críticas**, Brasília, v. 16, n. 31, jul./dez. 2010. p. 391-418.

_____. Justiça escolar: um avatar das políticas para a educação. In: 34ª RA ANPED, 2011, Natal - RN.

_____; SATO, R.S.S. L'accès à l'enseignement supérieur au Brésil: L'épuisement du vestibular comme modèle de sélection. In: **Congrès international 2011 de l'AFIRSE**. La recherche en éducation dans le monde, où en sommes-nous? Thèmes, méthodologies et politiques de recherche. Paris: UNESCO, 2011. p. 86-91.

_____. **Uma escola justa contra o sistema de multiplicação das desigualdades sociais**. In: II Conferência do Desenvolvimento, 2011, Brasília – DF.

WALZER, Michel. **Esferas da justiça**. Uma defesa do pluralismo e da igualdade. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

ZAGO, Nadir. Cursos pré-vestibulares populares: impasses e possibilidades. In: **XIII Congresso Brasileiro de Sociologia**. Desigualdade Diferença Reconhecimento. Recife : Sociedade Brasileira de Sociologia, 2007. v. 1. p. 1-15.

_____. Demanda e acesso ao ensino superior: os cursos pré-vestibulares populares. In: **VI ANPED Sul**, 2006, Santa Maria - RS. VI ANPED Sul - Seminário de pesquisa em educação da região sul. Santa Maria/RS: Universidade Federal de Santa Maria, 2006. v. 1. p. 1-12.

_____. Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares. In: **Revista Brasileira de Educação**. São Paulo, v. 11, n. 32, mai./ago. 2006b. p. 226-237.